POLÍTICA SEM PARTIDOS: TENDÊNCIA CRESCENTE?

GRANT JORDAN

Duas[1] percepções convencionais correlatas surgiram em anos recentes. A primeira é a de que os partidos políticos não são mais instrumentos importantes de participação pública. Esta crença floresceu na América nos anos 80 e tem sido reinventada em outros países. Por exemplo, Cigler e Loomis notaram como tendências da época "uma grande proliferação de grupos de interesse desde o começo dos anos 60" e "o declínio contínuo da capacidade dos partidos políticos americanos de desempenharem importantes atividades eleitorais e ligadas à política".[2] Um aumento das atividades dos grupos de interesse faz parte da segunda percepção convencional: a de que os protestos populares (tanto organizados por grupos de interesse como mais espontâneos) têm sido mais freqüentes e

G. Jordan é professor de Política na Universidade de Aberdeen, UK.

[1] Cf. ***Parliamentary Affairs*** (Assuntos Parlamentares) Oxford Press; Jul 1998,vol. 51, ed. 3, p. 314-328

[2] A Cigler e B. Loomis (editores), *Interest Group Politics* (Política de Grupos de Interesse) (CQ Press, edição de 1986), p. 1.

significativos. Desta forma, Peter Gundelach declarou que "na Europa Ocidental, assim como nos Estados Unidos, a vida social e política relativamente estável dos anos 50 e começo dos anos 60 foi substituída pela intranqüilidade social, contestação política e movimentos sociais durante o final dos anos 60 e 70".[3] Citando Offe, ele mostrou que um estilo antigo de política centrada no consumo e no progresso material tinha sido substituído por uma "nova política", a qual enfatizava temas ligados à autonomia e identidade pessoal. Nos Estados Unidos, Charles Euchner, citando um discurso de Vaclav Havel, referia-se à "antipolítica" e à "política extraordinária" como sinônimos para esta noção de que a política baseada em protesto tinha se desenvolvido como uma resposta à assim chamada "esclerose democrática". Ele defendia que "o protesto e outras formas exteriores de política passaram a desempenhar um papel central no estabelecimento da agenda da política nacional e local".[4] Cigler e Loomis em seu livro de 1991 puderam, sem necessidade de qualificação, observar que na América "ocorreu uma revolução na participação... à medida que muitos cidadãos se tornaram ativos em um número cada vez mais crescente de grupos de protesto, organizações da sociedade civil e grupos de interesses específicos".

[3] Em J.W. Van Deth e E. Scarbrough (editores), *The Impact of Values* (O Impacto dos Valores) (Oxford University Press, 1994), p. 412.

[4] C. Euchner, *Extraordinary Politics* (Política Extraordinária) (Westview Press, 1996).

Esta coletânea de contribuições abrange tanto a atividade orquestrada por grupos quanto as mobilizações de protesto mais espontâneas. Estes são fenômenos diferentes, e em certo sentido o protesto *ad hoc* pode ser visto como um desafio tanto à filiação partidária quanto àquele tipo de atividade de grupo de interesse tradicional que usava o protesto como uma arma alternativa. Embora alguns protestos reivindiquem, como mérito ideológico, o fato de serem "sem liderança", isto não seria mais retórica do que uma descrição? A descrição da campanha feita por Thomson e outros, que objetivava o controle de armas, demonstra a necessidade quase inevitável de organização para um protesto bem sucedido.

SERIA ESTA UMA "NOVA POLÍTICA"? CARACTERIZANDO O FENÔMENO

O fato de que nem todos os protestos foram orquestrados através de grupos formais e organizados encorajou o uso da expressão "movimento social". McFarland deu exemplos de movimentos sociais que incluíram o movimento feminista, o ambientalismo, o de defesa do consumidor. Embora concordando que era difícil definir, ele sugeriu que esta expressão "é caracterizada pela atividade direcionada a mudar as instituições e comportamentos de importância para a sociedade" e que tinha um modo de expressão política "freqüentemente consistindo em táticas e comportamentos não-convencionais, tais como desobediência civil, manifestações organizadas, divididas em pequenos grupos com o objetivo de 'elevar a consciência', indo ao ponto da ameaça ou do uso efetivo da violência".[5] Inglehart e outros sustentam que o protesto é originado mais provavelmente por indivíduos que têm valores pós-materialistas.[6] Um dos contribuintes, Paul Byrne, formulou uma versão vigorosa do caso do novo movimento social em seu *Movimentos Sociais na Inglaterra*, no qual ele, também, chama a atenção para a possibilidade de que ao longo dos últimos anos centenas de milhares de pessoas na Inglaterra se engajaram em um novo tipo de política. Ele identificou uma tendência nítida das pessoas em demonstrar menos entusiasmo pelos grandes partidos e mais interesse pela "política de tema único". Contudo, ele admite que uma das características distintas dos movimentos sociais é a sua "natureza nebulosa". O benefício adicional da perspectiva do movimento social é questionado por Jordan e Maloney.[7] O fato de que há protesto não é necessariamente uma confirmação de novos movimentos sociais, uma vez que o protesto existe sem os desenvolvimentos associados implícitos na análise do Novo Movimento Social. O protesto pode ocorrer sem mudanças profundas de estilo de vida e sem a rejeição essencial do sistema político convencional dessa interpretação. Byrne reluta em estender o rótulo de movimento social ao Greenpeace porque lhe falta o instinto de igualitarismo entre os seus apoiadores: ele é por demais baseado em uma distinção

[5] Em Cigler e Loomis (edição de 1983), p. 338.

[6] R. Inglehart, *Culture Shift in Advanced Industrial Society* (Mudança Cultural na Sociedade Industrial Avançada) (Princeton University Press, 1990).

[7] G Jordan e W. Maloney, *The Protest Business?* (Protesto é Negócio? (Manchester University Press, 1997).

entre ativistas e financiadores, os quais são freqüentemente, ao contrário dos outros, passivos.[8]

Alguns dos exemplos mais espetaculares de protesto nos anos 90 foram basicamente reações aos protestos anteriores relacionados a temas como a proibição da caça de raposas. Em 1° de março de 1998, houve uma marcha em Londres — com o *slogan* "Deixem que se ouça a voz do campo"— precedida por 5.500 faróis acesos em todo o país. Este protesto foi organizado pela Aliança do Campo, uma reunião da Sociedade Britânica de Esportes de Campo, do Movimento do Campo e do Grupo de Negócios do Campo. As organizações que a Aliança apoiaram incluíam a União Nacional dos Fazendeiros, a Real Sociedade Agrícola da Inglaterra, a Associação Nacional do Gado, a Associação Britânica de Comércio Eqüestre, a Federação Nacional dos Jovens Fazendeiros, a Associação Nacional da Caça aos Pombos, a Venerável Companhia dos Fabricantes de Armas, a Associação dos Proprietários Rurais, a Federação Escocesa dos Proprietários Rurais, a Sociedade Britânica de Eqüinos, a Junta Britânica de Corridas de Cavalos, o Jóquei Clube, a Federação Nacional de Treinadores, a Associação de Criadores de Puro-Sangue, a Associação Nacional dos Comerciantes de Artigos de Caça, a Associação Nacional de Comerciantes Registrados de Artigos de Caça (Irlanda), a Federação das Associações de Caçadores da União Européia — FACE, a Associação da Truta e do Salmão, a Associação de Proprietários e Cavaleiros Ponto a Ponto, o Clube Britânico de Falcoeiros, Jovens Fazendeiros de Essex, a Venerável Companhia dos Seleiros, a Associação Britânica de Caça e Preservação, a Associação Veterinária Britânica de Eqüinos, a Associação Britânica de Saltadores, a Associação dos Madeireiros e a Associação Britânica de Maquinário Agrícola e de Jardinagem. Os promotores da marcha, que foi muito bem organizada, garantiram a presença de 284 mil participantes, contando com 29 trens especiais fretados, 46 serviços ampliados de trens e 2033 ônibus. Foi certamente um protesto espetacular, mas não foi, ao que parece, bem enfocado e bem entendido pela abordagem do novo movimento social. É verdade que os movimentos sociais

[8] P. Byrne, *Social Movements in Britain*, (Movimentos Sociais na Grã-Bretanha) (Routledge, 1997) p. 171.

não têm nem chefes executivos nem assessores de imprensa? Os grupos de interesse tinham como objetivo demonstrar seu apoio e potencial de força. O Movimento do Campo foi garantido financeiramente pelo Duque de Westminster através de um empréstimo de 1 milhão e 300 mil libras esterlinas. A marcha foi, talvez, iniciada pelos opositores à proibição da caça, mas também explorou uma parcela inconsistente de outras preocupações rurais tais como o tratamento que o governo dá à Encefalopatia Espongiforme Bovina (doença da vaca louca), no gado, o fechamento de escolas rurais, a construção em áreas rurais e a falta de acesso para pedestres. Finalmente, havia uma variante estranha de protesto na medida em que os participantes não estavam buscando derrubar o *status quo*, mas sim preservá-lo. Ela não tinha o tipo de "falta de conforto pessoal", que caracterizava o protesto contra impostos e contra armas nucleares: mais partidária do que militante. As similaridades entre este "protesto de rua" e o descrito por Rhoda McLeod relacionado com as exportações de animais vivos são poucas.

Anteriormente, em julho de 1997, houve uma grande demonstração em favor dos esportes de campo no Hyde Park (cerca de 100 mil presentes). No começo de 1998, houve vários protestos em Anglesey e no sudoeste da Escócia contra a entrada de carne bovina não britânica no país: quatro mil fazendeiros escoceses fizeram *lobby* junto aos ministros em Edimburgo. Em fevereiro, fazendeiros cercaram a padaria Gold West, o maior fornecedor da McDonald's, em Heywood: a McDonald's, que em determinada época tinha abolido o uso de carne bovina inglesa, concordou em aumentar suas compras de carne de boi inglesa em 80% e promover "o grande 'hamburger' inglês". Os fazendeiros também se voltaram contra a Heinz. Os centros de distribuição dos varejistas foram sistematicamente quebrados até que fosse decidido o auxílio do governo na promoção da carne bovina britânica. O *Sunday Times* de 8 de fevereiro de 1998 concluiu que "se a ocupação das ruas já foi a salvaguarda dos franceses — que costumavam irritar os fazendeiros britânicos com seus bloqueios -, agora os fazendeiros britânicos descobriram o poder do

protesto". O organizador da Marcha do Campo proclamou-a no *Daily Telegraph* de 22 de junho de 1995 como "o maior movimento voluntário de pessoas neste país desde o Dia D". Ele argumentou que "uma das coisas que os políticos odeiam é um grande número de eleitores interessados em um único assunto porque não se pode comprá-los com qualquer outra coisa." (Entretanto, os governos bem poderiam olhar para os indicadores contrários das pesquisas de opinião em busca de medidas que atendam ao interesse público.) Além disso, o governo trabalhista recusou-se a confrontar diretamente o desafio do campo, alegando que ele (o governo) também partilhava de várias das suas preocupações. Embora os ministros estivessem divididos quanto à questão, pelo menos uma reação foi incorporada a ela, classificando-a como "uma celebração do campo".

Um ponto a ser observado é se os acontecimentos de protestos relatados nas contribuições para este volume combinam com o comportamento indicado pela expressão "movimento social". Os tipos de protesto discutidos são movimentos sociais de fato ou são mais bem entendidos no contexto do paradigma dos grupos de interesse? Dalton, assim como MacFarland, menciona que para muitos observadores os "novos movimentos sociais", que incluem grupos feministas e o movimento pacifista, são "o novo estilo político das democracias industriais avançadas". Ele diz que "esses movimentos também seguem presumivelmente uma estrutura descentralizada e um estilo participatório de tomada de decisão que se diferencia do estilo neocorporativista dos grupos de interesse europeus. A teoria sustenta que esses novos movimentos estão mudando o estilo de representação de interesse, depositando maior confiança nos protestos e atividades políticas não convencionais."[9] Em algumas interpretações, o movimento social é uma espécie de protesto pré-institucionalizado que vai submeter-se cada vez mais às características do grupo de interesse na medida em que se torna incorporado ao sistema político. Outros vêem os movimentos sociais como forças que fornecem novas idéias para os partidos e grupos com bases mais sólidas. Como resultado

[8] P. Byrne, *Social Movements in Britain*, (Movimentos Sociais na Grã-Bretanha) (Routledge, 1997) p. 171.

da imprecisão da expressão "movimento social", Byrne defende um conceito de movimento de protesto para que se possa levar em consideração o fato de que a campanha pelo desarmamento nuclear não tem a estrutura organizacional (ou falta dela) que parece ser pré-requisito de um movimento social.

Os movimentos sociais geralmente são vistos como congregações mobilizadoras que não podem ser representadas de outra forma. São também vistos como intrusos que desafiam o *status quo*. Mas está longe de ficar claro se a expressão basicamente sociológica "movimento social" é um conceito analítico distinto do conceito de grupo de interesse que tem sido empregado em ciência política. Há uma tendência para rebatizar qualquer grupo que esteja usando estratégias e táticas não-convencionais como "movimentos sociais". Burstein e seus colaboradores observam que, segundo a forma em que é empregado por importantes autores na literatura sobre o assunto (Gamson e Tilly), uma vez que um movimento começa a ter êxito através da mobilização de seus integrantes ou da obtenção de representação formal, ele deixa de ser um movimento.[10]

A abrangência do significado coberto pelo termo "protesto" significa que atividades muito diferentes estão dentro do foco deste universo. Burstein e outros identificam táticas não-institucionalizadas que não são parte do processo político formal e cuja intenção final é desagregadora. Como Trevor Smith apontou, em última análise, a violência política que está nitidamente fora da lei é uma forma de protesto.[11] Este é um fenômeno muito diferente do protesto pacífico, mas, em situações caóticas, qualquer linha que pretenda dar uma definição pode ser traçada de uma maneira imprevista: alguns sustentariam que determinadas formas de ação direta (o impedimento da entrada de caminhões levando carne bovina para dentro do país, por exemplo), mesmo que toleradas pela polícia, ainda são tecnicamente ilegais. Devido ao fato de que os comportamentos não se adaptam perfeitamente aos conceitos recebidos, existe um processo contínuo

[10] P. Burstein, R. Einwohner e J. Hollander, *The Success of Political Movements*, (O Sucesso dos Movimentos Políticos), em Jenkins e Klandermans, op. Cit.

[11] R. Benewick e T. Smith, *Direct Action and Democratic Politics*, (Ação Direta e Política Democrática) (Allen & Unwin, 1972), p. 305.

de inovação para tentar relacionar melhor as práticas com os termos. Acima, introduzimos a idéia de Byrne de movimentos sociais. Outra expressão útil sugerida por Yael Yishai é "partido de interesse". Ela aplicou este rótulo às organizações políticas que combinam algumas características tanto dos partidos políticos quanto dos grupos de interesse.[12] Não é apenas o Partido do Referendo, descrito por Carter e seus colaboradores, que se enquadra neste padrão geral; na campanha contra as armas de fogo, ambos os lados da controvérsia quase chegaram a colocar seus candidatos em campo na eleição geral de 1997 (em 1998, havia também especulação sobre um partido do campo que contestou as eleições européias, posicionando-se contra candidatos que desejavam proibir a caça).

[12] Y. Yishai, *The Thin Line Between Groups and Parties in the Israeli Electoral Process*, (A Linha Tênue entre Grupos e Partidos no Processo Eleitoral Israelense), in K. Lawson (ed.), *How Political Parties Work*, (Como os Partidos Políticos Operam), (Praeger, 1994).

O declínio do partido e a ascensão das atividades não-partidárias são conectados por alguns comentadores, de tal forma que o fenômeno da atrofia do partido é visto como sendo causado pelo desvio de energia e de recursos para campanhas de temática única em vez de sua concentração nas grandes agremiações partidárias. Deste ponto de vista, os membros do público reconhecem que garantem um retorno melhor para o seu investimento em termos de participação atuando através de organizações especializadas que atendam às suas preocupações específicas e não através de partidos, que são relutantes em se identificar com causas limitadas por receio de se indisporem com outros setores da sua agremiação partidária. As campanhas e os grupos são vistos como mais adequados para pontos de vista intensamente sustentados do que os partidos que advogam toda e qualquer causa, que procuram atacar uns poucos potenciais defensores e, com freqüência, evitam as controvérsias. Nesta interpretação, os partidos políticos são muito mais coalizões voltadas para uma opinião de centro que seja satisfatória para o público bem informado e bem motivado, preocupado com elementos específicos do cardápio político. Por exemplo, como demonstra Robert Garner, os principais partidos políticos são avessos a se associarem aberta-

mente com questões controversas: há custos eleitorais (e custos na coesão interna) numa posição demasiadamente clara. Aqueles comprometidos com agendas mínimas são vistos como os que melhor direcionam seus esforços através de grupos de temática única. Isto pode não ser uma novidade assustadora. Almond e Verba, em seu amplo estudo nacional da participação, em 1963, sugeriram que os partidos políticos não são, na realidade, o local que os integrantes do público procuram quando querem estar envolvidos na tomada de decisão – "relativamente poucos cidadãos pensam neles como o primeiro lugar em que se possa arregimentar apoio para tentativas de influenciar o governo".

Esta fraqueza do partido parece abrir a porta para uma política mais participativa, baseada em grupo, onde as pessoas são atuantes em determinadas organizações com as quais concordem. Muitos vêem este tipo de participação como a permissão de uma ligação mais estreita entre o público atuante e os resultados políticos. Seyd e Whiteley chamaram a atenção para "formas alternativas de participação que incluem grupos de pressão dedicados a uma temática única e novos movimentos sociais... Eles oferecem um tipo mais compensador de participação política para muitas pessoas, superior ao que se poderia obter com a filiação a um partido político."[13] Dalton mostrou que "grupos de cidadãos estão transformando a natureza da política democrática contemporânea".[14] Um aspecto chave de estudo, surgido a partir da obra *Ação Política* de Barnes, Kasse e outros, em 1979, é saber se este tipo de "atividade política não-convencional" foi complementar, ou se representou uma rejeição da participação política normal.

[13] P. Seyd e P. Whiteley, *Labour's Grassroots*, (Raízes do Trabalhismo), (Clarendon Press, 1992), p. 204.

[14] In Preface, (Prefácio), *The Annals*, (Anais), 528, 1993.

OBTENDO UMA NOÇÃO DE ESCALA

Geralmente, o crescimento deste tipo de política está mais na afirmação do que propriamente documentado. A medida é uma questão de interpretação. Uma campanha pelo

desarmamento nuclear com o apoio de 40 mil pessoas é grande ou se pode dizer que representa uma proporção muito pequena do eleitorado? De fato, os maiores contingentes, normalmente citados como integrantes da participação em grande escala da atualidade, são diferentes, e em uma escala diferente, daqueles em que os indivíduos pessoalmente envolvidos se engajam em atividades de protesto. Em especial, pode-se observar que as listas de filiação de organizações voluntárias escolhidas são dominadas pela National Trust (Consórcio Nacional), com 2 milhões e 189 mil (1993) e pela Royal Society for the Protection of Birds, (Real Sociedade para a Proteção dos Pássaros), com 1 milhão (1997). Tais filiações de grupos estão agregadas para que se possa compilar a população de pessoas atuantes na causa ambientalista, embora muitos dos envolvidos possam não ser nem conscientes do ambientalismo nem estar dispostos a atuar politicamente, a não ser que isso lhes exija muito pouco esforço. Como mostram aqui as contribuições, alguns protestos marcantes são baseados em um número muito pequeno de indivíduos. A linguagem de Dunleavy, desenvolvida para discriminar variações no comportamento dos grupos de interesse, pode ser adaptada para diferenciar estratégias de baixo custo e de alto custo na participação dos indivíduos.[15] Aplicada aos indivíduos, poderia parecer com alguma coisa desse tipo:

[15] P. Dunleavy, *Democracy and Public Choice*, (Opção Pública), (Wheatsheaf, 1991), p. 20

AÇÕES DE BAIXO CUSTO

Optar entre ler e visualizar temas políticos na mídia

Falar sobre assuntos de política na família

Falar em lugares públicos sobre política

Votar

Assinar petições

Boicote do Consumidor

Comparecer a um comício político

Dar contribuição em dinheiro a um partido ou a uma causa

Apoio financeiro regular a um partido ou a uma causa

Greve por salários ou condições de trabalho

Fazer *lobby* pessoalmente junto aos políticos

Tomar parte em demonstrações pacíficas

Ser atuante na organização de um partido, protesto ou grupo

Ação direta

AÇÕES DE ALTO CUSTO

Quanto mais alto o custo da ação, tanto menor a escala de envolvimento. O argumento sobre a grande escala de um protesto repousa com freqüência no fato de se computar uma atividade que dificilmente é política como uma atividade de classificação, por exemplo a subscrição anual a um grupo em campanha, que dificilmente poderá ser considerada política em seu conteúdo. Além disso, a chamada filiação em corpos como o Greenpeace pode significar apoio financeiro sem direitos internos a participar na formulação das políticas da organização. Como foi registrado aqui na contribuição de Byrne, mesmo a campanha pelo desarmamento nuclear — considerada durante muito tempo como um movimento "definitivo" de protesto — possui agora um quadro de associados que é, em larga medida, passivo.

Tabela 1 — Protesto (%)

Compareceu a uma manifestação de protesto	14,6
Organizou petição	8,0
Assinou petição	63,3
Bloqueou tráfego	1,1
Marcha de protesto	5,2
Greve política	6,5
Boicote físico	4,3
Força física	0,2

Em 1992, Parry, Moyser e Day, em *Participação Política e Democracia na Grã-Bretanha*, conseguiram argumentar com segurança que "os protestos se tornaram firmemente consolidados como parte da gama de ações que os cidadãos podem pensar em usar para se fazerem ouvidos". Eles descobriram que, enquanto 5.2% do público britânico declarava ter-se engajado no levantamento de fundos para um partido, a atividade de protesto parecia envolver um número mais elevado.

Se olharmos o apoio do Greenpeace (registrado em *Social Trends* (Tendências Sociais), de 1995, tabela 11.4), entre os 410 mil "membros", relativamente poucos serão ativos num protesto, mas podemos argumentar que, entre os que têm papel ativo nas demonstrações, poucos não entrarão também com apoio financeiro. Doar tempo é provavelmente mais oneroso para a maioria do que doar recursos financeiros, todavia, paradoxalmente, para alguns dos participantes, a atividade é uma recompensa e não um ônus. Embora pareça ter havido um crescimento substancial na disposição de protestar nos últimos anos, os números ainda são baixos em

termos absolutos. O trabalho de Borre sobre *O âmbito das doutrinas governamentais e o apoio político* mostra que, na Grã-Bretanha, em 1990, 33% do público estava preparado para tolerar protestos (o número de 1985 tinha sido de 29%). Contudo, a análise posterior dos dados mostrou que a tolerância aos protestos parecia estar vinculada ao nível de satisfação com o governo. Apenas 20% dos que estavam próximos à posição do governo em termos de política sancionavam os protestos, mas 52% dos que estavam distantes do governo em termos políticos os aprovavam.[16] Embora tolerar o protesto seja diferente do ato de protestar, isto indica que o protesto pode estar vinculado à popularidade do governo. Em um sentido isso é um truísmo, mas sugere que sempre existirá um elemento no público a partir do qual se pode antecipar o protesto.

[16] O. Bone e E. Scarbrough, *The Scope of Government*, (O Âmbito do Governo), (Oxford University Press, 1995).

Miller, Timpson e Lessnoff descobriram que havia uma brecha entre o apoio do público ao princípio do protesto e sua aplicação. Embora houvesse apenas 16% contra o princípio, 73% vetariam uma marcha religiosa que suscitasse distúrbios. Os dados deles mostraram que participar da política não-eleitoral era uma atividade da minoria (salvo para os 70% que assinaram a petição): 25% afirmavam estarem envolvidos em um grupo de ação comunitária; 13% tinham se engajado em uma demonstração, piquete, marcha ou comício de protesto; enquanto apenas 3% tinham participado de uma campanha política (que não envolveu eleições).[17]

[17] W. Miller, A. Timpson e M. Lessnoff, *Political Culture in Contemporary Britain*, (Cultura Política na Grã-Bretanha Contemporânea) (Clarendon Press, 1996).

QUAL DEVE SER O TAMANHO DO AUMENTO?

Se à primeira vista parece "haver muito disso por aí", isto não significa que o protesto seja uma característica dos anos 90. Em 1799, Fisher Ames, ao escrever para a *Russell's Gazette* de Boston, se desesperava com a 'mobocracy' (N.T.: democracia das multidões), conforme consta n livro de Paul Gilje, *The Road to Mobocracy* (*O Caminho para a Democracia das Multidões*, em 1987). Gilje registra um grande número de exemplos de distúrbios populares na cidade de Nova Iorque

de 1763 a 1834. As contribuições desta coletânea enfocam o protesto na Grã-Bretanha na década de 90. Eles tentaram basicamente oferecer relatos que ajudassem os leitores que quisessem saber mais a respeito das principais notícias nesta área. Entretanto, uma questão subjacente é saber se houve um aumento nos protestos. O passado na Grã-Bretanha também tem seus exemplos. Peter Townsend no seu prefácio para o livro de Michael McCarthy, *Campaigning for the Poor (Fazendo Campanha para os Pobres)*, de 1986, observou como "a criação de novos tipos de grupos de pressão como o Shelter (Abrigo), o Disablement Income Group (Grupo com Insuficiência de Renda) e a Campanha contra a Discriminação Racial, bem como Child Poverty Action Group (Grupo de Ação contra a Pobreza Infantil), em meados da década de 60, era mais do que um sinal dos tempos. Era uma reação ao que tinha sido percebido como o caráter fraudulento da democracia britânica.... Em 1965, o Grupo de Ação contra a Pobreza Infantil foi formado dentro da provação representada pelo sofrimento..."

Kriesi, Koopmans e outros apresentaram importantes dados comparativos sobre protestos, mas na abertura do seu trabalho chamam a atenção para uma grande demonstração pacifista na Alemanha em 1983: deste modo, os anos 80 podem ser vistos como tendo sido marcados pelo estilo de protesto de uma maneira tão válida quanto a dos anos 90.[18] Se existe aumento, então a data inicial da tendência pode ser discutida. Em 1983, David Marsh editou uma coleção muito útil de estudos de caso em *Pressure Politics* (*Pressão Política*) que, mesmo àquela época, notou uma tendência em direção à política de "assunto único", com os ativistas radicais rejeitando a política partidária — em parte por razões ideológicas, em parte por lhes ter sido negado o *status* — e tentando influenciar a opinião pública e as elites. Em 1972, Robert Benewick e Trevor Smith publicaram um livro com estudos de caso sobre *Direct Action and Democratic Politics* (*Ação Direta e Política Democrática*), com contribuições como a de Peter Hain, *Direct Action and the Springbok Tours*. Um capítulo sobre os padrões históricos escrito por Victor Kiernan

[18] H. Kriesi, R. Koopmans, J.W. Duyvendak e M. Giugni, *New Social Movements in Western Europe*, (Novos Movimentos Sociais na Europa Ocidental) (University of Minnesota Press, 1995).

demonstrou que a militância em protestos foi uma característica normal da vida política inglesa. Os editores observaram uma onda de inquietação política nos últimos anos que tinha "inclinado o governo inglês para uma direção restrita". Em sua conclusão, Smith chamou a atenção para o "contínuo declínio da atividade política da maneira como é convencionalmente definida". Uma lista de exemplos de protestos que fracassaram apontaria para conclusões diferentes dentro do espectro de políticas normalmente modificadas pela ação pública direta. A idéia de que tem havido um aumento nos protestos prende-se, provavelmente, ao fato de ter havido alguns exemplos de mudança política que foram atribuídos a eles. De certa maneira, os protestos fracassados, mais numerosos, estão agrupados em um argumento que se relaciona com os que tiveram sucesso.

OS PARTIDOS INCORPORAM GRUPOS BEM SUCEDIDOS?

Esta introdução analisa a afirmação de que os partidos políticos estão em declínio e vêm sendo substituídos por grupos. Uma outra maneira pela qual os dois podem se relacionar é a absorção seletiva de grupos que demonstrem ter sucesso pelos partidos. Existem comentários freqüentes do tipo: o Partido Conservador ficou 'verde' para concorrer com os grupos dos verdes, mas na verdade existem poucos exemplos, se tanto, deste tipo de recrutamento por assunto pelos partidos. O governo Thatcher, sem dúvida, se reposicionou sobre o Serviço Nacional de Saúde, flertando, primeiro, com a idéia de torná-lo mais eficiente, incrementando a medicina privada e reduzindo o dispêndio público e, depois, buscando aprovação pública para um dispêndio mais elevado no setor público, no mesmo Serviço Nacional de Saúde. Mas isto não foi bem o roubo da agenda de um grupo, e sim a constatação da impopularidade política da posição inicial. Mesmo quando as causas parecem populares, os partidos parecem relutantes em pagar o preço por ofenderem minorias que podem não estar de acordo.

Na perspectiva de grupo, a colaboração com partidos políticos estabelecidos é uma escolha de oportunidade política.[19] Dalton cita o argumento pioneiro de Heberle, em 1950, de que "para ingressar numa ação política, os movimentos sociais devem, na era moderna, ou se organizar como partidos políticos, ou estabelecer um relacionamento estreito com os partidos políticos.'[20] De fato, a concorrência com os partidos estabelecidos parece ser mais comum do que a integração. Contudo, os partidos, na falta da absorção, podem tentar comprar o protesto através de concessões, como foi o caso da Marcha do Campo em 1988: de forma não coincidente, houve anúncios do governo sobre mudanças políticas envolvendo escolas rurais, financiamento do corte de gado, abandono da idéia de veto ao leite "cem por cento natural", restrição do uso de estradas rurais por caminhões, melhoria dos serviços de ônibus e especulações sobre a criação de um ministério de assuntos agrários.

Nas décadas de 60 e 70, a ciência política desenvolveu o tema da escolha racional que enfocava a ação isolada dos indivíduos, os quais, supunha-se, se recusariam a apoiar causas, a menos que houvesse um ganho pessoal e material seletivo, apenas para os membros participantes. Desde então, uma onda teórica contrária vem crescendo, dando ênfase à participação como autogratificante, desconsiderando a participação como necessária à superação do cálculo material de custo e benefício proposto pela escolha racional. Alguma argumentação é necessária para explicar a proliferação dos grupos e da expansão do apoio, apesar do argumento da ação isolada, que parecia ser teoricamente convincente. Uma coleção de relatos sobre ação política tem de considerar que agir, para os indivíduos, é um desafio ao argumento da ação empreendida isoladamente.

PROTESTO: ELEVAÇÃO DA ÉTICA?

Existe uma ambigüidade em relação ao tipo ótimo de participação em termos das virtudes democráticas. A teoria da participação clássica considerava louvável o envolvimento

[19] Conclusão apresentada por Eisinger, *The Conditions of Protest Behaviour in American Cities*, (Condições do Comportamento de Protesto nas Cidades Americanas', *American Political Science Review*, (Revista Americana de Ciência Política), 1973.

[20] 19 In Jenkins e Klandermans, op. cit., p. 303.

direto do público na tomada de decisão, mas isto era em parte porque a participação era vista como educativa para os que estavam envolvidos. A participação baseada em certeza prévia não teria sido vista como tão aconselhável. O protesto parece tomar algo emprestado do colorido da democracia direta, mas a participação em busca de fins predeterminados e fixos não está dentro do espírito da participação deliberativa. O comportamento de protesto, particularmente quando desafia a regra da lei, coloca sérios problemas para a teoria democrática. Enquanto a participação pública é vista como uma coisa boa, nem toda a participação é igual. Alguém poderia, pelo menos inicialmente, estar inclinado a dar notas "democráticas" mais altas para a ação que não tenha interesse próprio: assim, a ação em favor dos animais surdos-mudos — *Not Affecting My Best Interests -NAMBI* (*Não Afetando Meus Melhores Interesses*) é vista como mais louvável do que uma ação para impedir que uma via expressa polua a propriedade privada de alguém — *Not In My Back Yard — NIMBY* (*Não no Meu Quintal*). Entretanto, não há uma divisão simples entre o interesse próprio e o interesse público. Os integrantes do público raramente defendem seus interesses privados sem assumir, consciente ou subconscientemente, que seus interesses são os mesmos da sociedade mais ampla. Por outro lado, enquanto aqueles que não têm interesse imediato em uma questão podem não ser os beneficiários diretos de alguma política defendida ou modificada, eles obtêm uma gratificação que é pessoal, e a mudança de política poderia bem dar-lhes maior satisfação do que ao público geral. Um aspecto aceito por aqueles que vêem o protesto como uma "boa coisa" é que os valores buscados pelos que protestam são, com freqüência, endossados pelos que avaliam o protesto, mas, na verdade, o protesto não precisa ter finalidades liberais: pode correr junto com a atividade de vigilância.

PROTESTO E RECURSOS POLÍTICOS

É lugar comum dizer que o protesto é a ferramenta política dos que não dispõem de recursos políticos melhores,

mas a imagem visual do protesto talvez obscureça essa verdade óbvia. A imagem de um grande número de manifestantes dá uma impressão, em termos de recursos, que seja talvez equivocada. De uma forma perversa, a fraqueza dos que protestam é, pelo menos em certo sentido, útil para eles. Um ângulo freqüentemente adotado pela mídia é o de apoio ao perdedor. Desta maneira, a mídia pode dar relevância a algumas causas com insuficiência de recursos simplesmente porque são fracas. O êxito do protesto envolve uma mudança na percepção dos eventos, e a mídia é um meio importante pelo qual os manifestantes podem fazê-lo. Conforme discutido por McFarland no capítulo citado anteriormente, "manifestações, grupos de conscientização e várias formas de protesto podem condicionar a opinião pública a enxergar de maneira favorável os objetivos de um movimento". Contudo, esta não é uma rota garantida de sucesso para os manifestantes: a cobertura que a mídia fez dos ativistas contra as vias expressas, ou dos manifestantes a favor dos Esportes de Campo em 1997, significou que a sensação de lutar por uma boa causa foi reforçada pelo sentimento de solidariedade que se criou, porém o apoio para a causa no grosso da população pode, na verdade, ter diminuído.

O EPISÓDIO BRENT SPAR: MITO DO PROTESTO

O diário *The Guardian* (2.6.95) afirmou que "o Greenpeace teve uma vitória impressionante e possivelmente influente sobre a Shell britânica e o governo... Um grupo de pressão financiado por voluntários (apesar de contar com mais membros no Reino Unido do que o Partido Trabalhista e ter um balancete melhor do que o dos Conservadores) surpreendeu sozinho uma das maiores multinacionais do mundo — muitas vezes considerada fora do alcance da soberania nacional —, acertando-a em cheio... Não é exagero dizer que a política ambiental pode nunca mais vir a ser a mesma... O Greenpeace demonstrou o notável poder político que pode agora exercer em escala mundial". Este comentário relaciona-se àquilo que, com quase toda certeza, é amplamen-

te considerado o exemplo mais importante de ação eficaz para sustentar a nova percepção convencional sobre o poder do protesto: a volta marcante dada pela Shell do Reino Unido após a ocupação da plataforma de carregamento de óleo de Brent Spar pelo Greenpeace.

Ao final, a Shell resolveu não se desfazer da sua estrutura no Atlântico Norte. A contribuição de Lynn Bennie examina os eventos que cercaram o protesto de Brent Spar para depois traçar a trajetória do protesto nos anos subseqüentes, quando o seu foco mudou do Mar do Norte para o Atlântico Norte. Seu apanhado revela, acima de tudo, que o sucesso é uma questão de mero acaso: o Greenpeace, festejado como todo-poderoso, voltou a ser visto como um protagonista de maior ou menor sucesso.

O caso de Brent Spar esteve sujeito à muitas análises que o apresentaram como um "momento de definição". À época da mudança de política da Shell no caso Brent Spar, a imprensa viu a decisão como um sinal de amadurecimento para uma nova agenda política baseada na proteção à fauna, no ativismo contra as vias expressas, pró-vida. O *The Guardian* (22.6.95) enxergou sinais de que o futuro estava "pintado de verde". Alguns viram a derrota da Shell e do governo como a democracia em ação. O *The Guardian* (21.6.95) afirmou que "a Shell tinha mesmo alguns argumentos do seu lado... mesmo assim, sua decisão de curvar-se aos protestos do público e de abandonar esta decisão deveria ser comemorada. Pessoas ainda contam. Boicotes ainda podem funcionar. Isto é tão refrescante para a democracia quanto para o Mar do Norte". Um editorial no *Independent* (21.6.96) foi assim intitulado: "Prejuízo da Shell é Lucro para a Democracia" e dizia que "o Greenpeace merece o crédito por mobilizar uma força política que esperamos ver crescer em poder e causar impacto sobre uma legião de outras questões ambientais... Qualquer um que receasse que a globalização dos negócios daria às empresas internacionais 'carta branca' para agirem conforme bem lhes aprouvesse devia ficar animado com o que aconteceu". O *Daily Mirror* declarou a "Vitória do Povo".

Hugo Young (*The Guardian*, 22.6.95) considerou o caso Brent Spar como parte de uma tendência mais geral de redução da política partidária e da ascensão da política de "tema único": "O trabalho com temas únicos nos dias de hoje produz um apelo mais forte. Ele é puro. Ele é claro. Ele é destituído de complicações. Sua virtude é óbvia. Traz também benefícios muito difundidos para a sociedade". Contudo, Young identificou, à época, as desvantagens: tal certeza levaria à busca de um mundo de clareza que não existia. Tais grupos existem para fazer pressão, não para comprometer-se, desprezando o que o governo não pode fazer: a necessidade de transacionar acordos e de agir. Outros também enxergaram a política de mudança de Brent Spar como um sinal de fraqueza democrática — o governo eleito poderia ser derrotado por grupos de temática única. A Shell, em uma análise interna, argumentou que "o debate real — que é um debate vital — centra-se no papel da campanha emocional, de tema único, no processo democrático, e em como se pode alcançar, dentro de uma moldura de discussão razoável democraticamente estabelecida, avaliação cuidadosa e orientação ponderada, as melhores soluções ambientais práticas".

Assim, embora alguns comentadores vejam tal atividade de protesto como promotora da vida democrática (boa para os participantes e para sujeitar políticas ao debate real em vez de camuflá-las), outros a vêem como uma ameaça ao processo político existente. A situação geral foi admiravelmente analisada pelo Presidente Jimmy Carter no seu discurso de despedida à nação. Ele colocou os grupos de interesse único em evidência como a causa dos seus problemas de administração: "Somos cada vez mais atraídos para os grupos de temática única e organizações com interesses específicos para nos assegurarmos de que, indiferentemente do que venha a acontecer, nossos pontos de vista pessoais e nossos interesses particulares estão protegidos... isto tende a distorcer nosso propósito, porque o interesse nacional nem sempre é a soma de todos os nossos interesses únicos ou especiais" (*New York Times*, 15.1.81). Um dirigente do *Times* (22.6.95) afirmou que a vitória da temática única em Brent Spar era ruim

para a democracia. Alegou que as oportunidades proporcionadas pela mídia às cruzadas de tema único são tão grandes que elas estão agora firmemente consolidadas na vida pública. Na mesma edição, William Rees-Mogg completou o refrão: "É uma vitória de um grupo de pressão de temática única e uma derrota para o ambientalismo racional... Jamais compensa aplacar a histeria". Tim Eggar, o ministro responsável pelo abastecimento, queixou-se de que a Shell tinha cedido ao que somente poderia ser descrito como uma chantagem.

Contudo, Brent Spar não foi realmente um bom exemplo de pressão de um tema único que levou à mudança política. Em certa medida, como afirmou Lynn Bennie, um mito de protesto popular cresceu. Ele tem três componentes — um mito da extensão na qual houve preocupação em grande escala sobre o assunto, um mito sobre a mecânica da mudança, e um mito do papel do público. Como parte dos seus exercícios rotineiros de pesquisas de opinião, Gallup pergunta: "O quê você acha que é o problema mais urgente com que o país se defronta hoje?" Comparado com itens como o desemprego, saúde, lei e ordem, educação ou custo de vida, o meio ambiente recebe atenção irrisória. A mesma coisa poderia ser dita de outras campanhas abrangidas por esta coletânea, que tiveram ainda menos sucesso: elas não transformaram a opinião pública geral. Mas o sucesso não deveria ser medido em um período de tempo muito curto. Ainda que, como o demonstra Rhoda McLeod, o protesto contra a exportação de animais vivos, tenha tido apenas sucesso parcial, ele construiu o apoio básico para as organizações de proteção aos animais e aumentou a visibilidade da questão dos animais em outros cenários.

O resultado de Brent Spar parece ser muito mais o produto de um padrão de fatores casuais e de pressão a longo prazo do Greenpeace a favor da mudança de atitudes do que parecia óbvio àquela época. O *Guardian* (22.6.95) sugeriu que o Greenpeace podia "apertar os botões da mídia certa e, com o apoio político certo, não seria preciso muita coisa para acender a luz em diversos lugares de uma só vez". De fato,

o sucesso do Greenpeace pode ter vacinado a mídia contra uma recaída da infecção. Os órgãos de imprensa foram muito críticos quanto ao grupo pois ele teve que se desculpar com a Shell pelo uso de alguns dados falhos em sua campanha. Como o grupo descobriu em outras campanhas, ele não tem a fórmula do sucesso só com um apertar de botões. Se Brent Spar foi o resultado da política de tema único, o Greenpeace não descobriu uma fórmula de protesto patenteada que funcionasse em qualquer caso.

Alguns comentários da imprensa no auge de 1995 talvez exageraram o poder dos grupos de tema único. A vitória do Greenpeace não foi um indicador do irresistível poder dos grupos ambientalistas, mas foi o resultado de um conjunto de circunstâncias que distanciam este resultado daqueles obtidos por diversos movimentos de protestos contra as vias expressas ou pelas campanhas contra o uso de carne de vitela. Qual foi, afinal, a reação de um dos militantes do Greenpeace em Brent Spar quando foi entrevistado pelo rádio? "Estou sem fala. Nós normalmente não vencemos as causas, não é?" Se, como registrou o *Guardian* (17.6.95), havia 35 boicotes em andamento na Grã-Bretanha em junho de 1995, o enigma era por que o exemplo de Brent Spar foi bem sucedido onde outros fracassaram. Dito isso, lembramos que os casos apresentados aqui registram sucessos bem como fracassos, ainda que o sucesso em geral tenha dependido de outros fatores tais como protesto organizado e campanhas de ação direta.

PROTESTO E INFORMAÇÃO

A questão da participação consciente permeia esta discussão. Um argumento a favor da consulta aos interesses organizados é de que ela é um sistema para o desenvolvimento de políticas que envolvem aqueles que são afetados por elas e têm melhor conhecimento do que é extremamente necessário. Todavia, oculta sob a forma de crítica politicamente incorreta da democracia repre-

sentativa está a idéia de que o público seja desinformado e, por conseguinte, manipulável. O público é realmente capaz de entender o lado técnico da União Monetária Européia ou coisa semelhante? Quando assuntos como o de Brent Spar não são mais discutidos no mundo privado das comunidades políticas que lhes deram origem, a falta de informação especializada entre os recém-chegados à área emerge como crítica ao processo político. De um modo sincero, mas nem por isso necessariamente razoável, os especialistas que assistiram ao início de um movimento acham que qualquer crítica sobre as suas soluções preferidas se baseiam na ignorância ou numa extravagância científica. É fácil então, para os especialistas, verem os debates subseqüentes como uma espécie de jogo desigual: eles com freqüência continuam a acreditar que, se o assunto fosse tratado ao menos adequadamente, o que eles consideram como solução correta seria adotado.

É claro que, até certo ponto, o protesto pode bem partir de uma minoria mais bem informada do que o público em geral (algumas vezes tão bem informada quanto as comunidades políticas consolidadas). Aqueles que se preocupam podem muito bem prestar mais atenção ao assunto. Mas existe uma crítica renitente dos ativistas que fazem oposição: a de que eles mesmos detêm até mais informação do que os ativistas que não entendem de economia agrária, de evidência científica ou de qualquer outra coisa. No exemplo de Brent Spar, a comunidade política favorável ao depósito de dejetos no fundo do mar achava que parte da distorção do que estava sendo discutido se devia à mobilização do público no terreno deles: artifícios de lavagem cerebral de um grupo de tema único em lugar de participantes democráticos.

As contribuições desta antologia[21] procuram descrever alguns dos mais importantes e/ou típicos protestos dos últimos anos. Elas tem a intenção de permitir que o leitor julgue a eficácia do protesto. (Seria este um sinal de fraqueza empregado pelos que estão excluídos de um acesso político

[21] Em realidade, este artigo é uma introdução à uma coletânea, no Parliamentary Affairs.

melhor?) Elas indicam que o protesto é comum, mas isto poderia indicar também que é perene e não algo novo. Todavia, uma implicação de se enxergar o protesto da atualidade como "o mesmo negócio de sempre", ao invés de uma transformação sem precedentes do sistema político, é que o protesto como fenômeno se torna mais, e não menos, importante. Ainda que se assuma que o protesto tenha estado sempre presente conosco, poder-se-ia dizer que o recurso a ele está ficando mais comum. Em parte, suspeita-se, pela mídia e repetidos exemplos que indicam que o protesto é normal, que os integrantes do público parecem prontos a protestar enquanto consumidores e cidadãos em qualquer ocasião em que não se achem satisfeitos. O protesto atualmente, em grande parte, faz parte da política rotineira, em vez de ser extraordinário. Para os consumidores cansados dos serviços ferroviários, passageiros de avião que se recusam a aceitar vôos atrasados, proprietários de automóveis insatisfeitos que entram em contato com o "watchdog"[22] na televisão, o protesto pode ser uma resposta mais plausível do que a articulação das suas queixas através de partidos políticos — mas quanto mais rotineiro se torna tal comportamento, tanto menos ele se parece com as expectativas de transformação do sistema dos novos movimentos sociais. Aqueles que têm pontos de vista a defender perceberam a importância dos "fatos" para garantir a cobertura da imprensa e da mídia: existe um contrato implícito pelo qual se os que protestam podem fornecer matérias e fotos à mídia, então as oportunidades para levar suas preocupações ao ar estão disponíveis. Protesto sem cobertura da mídia é como uma pantomima no escuro: possível mas certamente inútil. Não existe claramente um padrão de atividade simples, com partidos políticos substituídos pela ação dentro dos grupos de interesse tradicionais ou mesmo dos novos movimentos sociais, mas pode ser que, se for permitida uma interpretação ampla o bastante do protesto, ele venha a aumentar. Entretanto, para ser viável, este argumento tem que reconhecer que o protesto pode simplesmente consistir em liberdade de escolha para o

[22] Organização pública ou privada que se dedica a receber queixas e reclamações do público. (N.T.)

consumidor, voto nos partidos que atendam ao seu interesse e outras participações, bem distantes da ação direta.

Tradução de Paulo Roberto Magalhães
Revista por Maria Beatriz Chagas Lucca



PABLO PICASSO
ARLEQUIM E VINHO